Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio Paraíba- CBH-PB, ano 2026

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h, no Auditório da Inspetoria do CREA-PB, localizado na Rua Telegrafista José Távora, nº 462, bairro Centenário, em Campina Grande–PB, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH-PB), cuja pauta compreendeu: 1. Abertura da reunião; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Informes; 4. Oficina referente à etapa de Prognóstico da elaboração do Plano de Gestão, Operação e Manutenção (PGOM) das Infraestruturas e dos Mananciais Receptores das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Estado da Paraíba e dos Canais da Redenção e Vertentes Litorâneas, conforme convite anexo; 5. Palavra facultada; e 6. Encerramento. Após a verificação do quórum, a Sra. Cláudia Fernanda Costa Estevam, 1ª Secretária-Geral do CBH-PB, justificou a ausência do presidente do Comitê, Sr. Valdemir Azevedo Pereira, e do Sr. Cláudio Brandão Costa, assumindo a condução dos trabalhos. Inicialmente, agradeceu a presença de todos e compôs a mesa de abertura com os representantes da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA): Sr. Waldemir Fernandes Pereira, Diretor de Gestão e Apoio Estratégico; Sr. João Adelino de Lima Filho, Gerente Regional II, em Campina Grande–PB; e Sr. Martinho Almeida de Sousa Monteiro, Gerente Regional III, em Monteiro–PB. O Sr. Waldemir (AESA) fez uso da palavra dizendo que o comitê é composto de membros qualificados, onde conta com a presença dos estudantes de mestrado e doutorados das universidades nas reuniões, contribuindo com a bacia do rio Paraíba, que associado ao Banco Mundial procuram ver as formas de gestão do PISF. Não dá para imaginar que com o Plano de Segurança Hídrica, principalmente para consumo humano e dessedentação animal, essa água passa na propriedade e não poder usar. Quem conhece o sertão, no caso do eixo norte, sabe o quanto essa água é necessária. É inconcebível o Programa do PISF não está agregado ao desenvolvimento socioeconômico da região do semiárido brasileiro, região mais forte do Brasil, onde 90% do Estado da Paraíba está inserido no semiárido brasileiro. Esse estudo vai mensurar a finalidade prioritária do consumo humano e dessedentação animal na região por onde a água passa. A Lei nº 9.433/90 prioriza os usos múltiplos, em caso de escassez vai para usos prioritários, em resumo é sobre isso que a empresa consorciada vai falar. Agradeceu ao CREA de Campina Grande pela cessão do espaço para a realização da reunião. Desejou boa reunião e precisou ausentar-se. A Sra. Fernanda agradeceu a fala do Sr. Waldemir Fernandes e desfez a mesa para que todos pudessem assistir melhor a apresentação e passou ao item 4. Informes: 1º ponto - Dia 13/07/2026 aconteceu a reunião de alocação de Água do açude Epitácio Pessoa, em

Boqueirão/PB, foi muito proveitosa conseguiram boas negociações/acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a AESA de suma importância para a região que tem a questão dos recursos hídricos extremamente de forma variada tanto no tempo como no espaço e o PISF representa muito para essa região não como a Lei nº 9.433/90 determina que seja de uso prioritário, mas ainda não se está em situação de escassez, mas tentar de forma responsável a segurança hídrica de quase um milhão de pessoas que depende dessa água, mas não tem como dissociar da questão socioeconômica para promover o desenvolvimento social dessa região e só consegue através da luta com a participação das pessoas falando da sua realidade lutando por melhorias. 2º ponto o Projeto Água que nos Une, tem início em Boqueirão que é o ponto central, já que é onde fica o Açude Epitácio Pessoa para que possa conscientizar as pessoas não só a comunidade escolar, mas a sociedade como um todo para a importância que tem comitê de bacia, no caso o do rio Paraíba, o açude Epitácio Pessoa e o que é uma bacia hidrográfica, considerando que só se cuida daquilo que se conhece e passou a apresentação com a Sra. Aída Andreasa - item 5. Oficina referente a etapa de Prognóstico da elaboração do Plano de Gestão, Operação e Manutenção das Infraestruturas e Mananciais Receptores das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Estado da Paraíba e dos Canais da Redenção e Vertentes Litorâneas PGOM com foco nos canais da Redenção que fica na bacia do Rio Piranhas e as vertentes Litorâneas na bacia do Litoral Norte que tem captação no Acauã para distribuição de água no Litoral Norte. Apresentou mais claro o que vai precisar do Comitê e após a apresentação tem um momento de 15min. para perguntas e respostas e na sequência tem uma oficina atividade participativa (pequenos grupos) para o preenchimento de algumas fichas já impressa com orientação de mapas anexos, no final um membro de cada equipe apresentará os resultados. Fez um uma apresentação sucinta a revisão das perdas da água em trânsito de um reservatório a outro em trecho do curso d'água; as demandas hídricas que foi projetada para o futuro e as medidas de gestão que estão sendo proposta para reduzir demandas hídricas e, portanto, ter mais água disponível para mais usos. **Objetivo da reunião** é basicamente colher contribuição dos Comitês para os usos beneficiados com a água do PISF, conforme a fala de Dr. Waldemir a questão da prioridade, abastecimento humano e urbano e dessedentação animal que a rigor obedece a Lei nº 9.433/90. A empresa quer saber se a demanda de irrigação projetada está correta. Já aconteceu a reunião na Bacia do Piranhas que estão sub dimensionadas e as fichas que serão preenchidas tem basicamente esse objetivo, deixar as demandas mais próximas da realidade, tanto atual quanto para o futuro se é que o comitê consegue prever, mais tem uma tecnologia de recriação de cenários que já vem sendo aplicado em vários estudos feitos em Planos de bacias hidrográficas com bons resultados. Mas partir de um momento

atual equivocado, chegará no futuro de forma equivocada. Então situando porque estamos realizando esta oficina: a Empresa Engecorps ganhou a concorrência em 2023 da SEIRH, com o acompanhamento técnico da AESA, o contrato foi assinado em maio de 2025 e a ordem de serviço final de maio/2025, e está com o prazo de execução aditado para 24 meses. Os estudos estão sendo elaborados desde meados de 2025 e têm cinco grandes etapas metodológicas principais: Diagnóstico da Área de Estudo; Prognóstico da Área de Estudo; Elaboração do PGOM; Proposta de Tarifa de Gestão do PISF na Paraíba e Plano de Tomada de Decisão. Na etapa referente ao Prognóstico, que contempla a elaboração de cenários, estudos para compatibilização de ofertas e demandas hídricas futuras e articulações necessárias, está prevista a realização de uma oficina de trabalho com o CBH Paraíba, com o objetivo de colher contribuições e subsídios dos presentes para esses temas. **Objetivo Geral**: Elaboração do Plano de Gestão, Operação e Manutenção das infraestruturas e mananciais receptores das águas da transposição do rio São Francisco no Estado da Paraíba e dos Canais da Redenção e Vertentes Litorâneas, bem como para levantamento dos custos associados e proposição de tarifa para cobrança do uso da água advinda do PISF. O grande desafio da operação desse reservatório será gastar a mínima água possível para atender o máximo possível de demanda e conseguir uma tarifa que não seja impossível de ser paga ao operador federal. Tem seis produtos para serem entregues dois já foram entregues que foi o Plano de Trabalho e o diagnóstico em abril/2026. Os trabalhos estão agora na parte de prognóstico que é criação de cenários visando compatibilizar e articular oferta com demanda hídrica e as oficinas previstas com CBH´s que é o momento crucial para seguir com o trabalho alinhado com quem conhece o problema que são os membros dos Comitês. Ainda tem mais três grandes produtos o Plano de Gestão e Operação propriamente dito; Proposta de Tarifa de Gestão do PISF; e o Produto 6 que é Plano de Tomada de Decisão que vai ser entregue para o Estado da Paraíba como diretrizes, propostas e recomendação. A área de influência do PISF no Estado mapeado com base no atendimento das demandas no Paraíba tem o eixo leste na bacia do rio Paraíba no portal PB01L e Piancó-Piranhas-Açu: Eixo Norte – Portais PB01N a PB04N, Res. Tambor e Ramal do Piancó). Em 2025 foi feito levantamento de reservatório visando o Plano de Operação, Gestão e Manutenção de barragem e estão com muita dificuldade de obter informações junto ao DNOCS visto que mexeram nas barragens para receber a água do PISF e não conseguem o que foi feito e para o Plano de Operação e Gestão e manutenção é importante saber como as barragens estão. As áreas de influências diretas são aqueles municípios que recebem água diretamente dos mananciais receptores do PISF. As áreas de influência indiretas são os municípios com demandas atendidas pelo menos um dos mananciais pertencentes a essas bacias mais não receptores direto do PISF ou recebe água do PISF através de

outros, fora da área de influência são os demais municípios do Estado. Tem um programa Aquanet que é um soft desenvolvido pela USP que faz simulação de reservatório muito complexo e a Sra. Flávia é especialista nesse programa e foi feito simulação nas duas bacias (Paraíba e Piranhas Açu) 46 reservatório sendo 12 na bacia do Paraíba e 34 no Piranhas levando em conta perda física em trânsito e por isso a importância de conseguir quantificar essas perdas considerando as precipitações e evaporação, foi definido volume e meta para começar a simulação com a Aquanet e definição de prioridade de atendimento que são as duas prioridades por lei e as demais demandas, hoje são objeto da oficina. A irrigação é um problema porque tem os outorgados e tem muito que não são outorgados e que usam a água, mas não se pode mensurar por não constar em banco de dados. A revisão das perdas em trânsito, foi consultado em dados da ANA usados para trechos sedimentar (aluvião, arenito, rochas mais porosas e solo) um percentual de 2,3% da vazão por quilômetro perdido por infiltração, no substrato do cristalino uma perda menor mesmo assim deu uma perda muito elevada, tentou-se buscar bibliografia especializada para reduzir esse valor e encontrou um trabalho na bacia do Paraíba que deu para reduzir bastante. Vazão ecológica é aquela que o sistema aquático precisa e ninguém sabe. Exemplo o açude Epitácio Pessoa com 4m³ por segundo 1,06% de perda chega com 2m³, será que esse número está bem balizado. Que tipo de informação o Comitê pode ajudar com o monitoramento para calibrar esse valor. Os critérios de cenarização das demandas – foi feito narrativas tendências e evoluição do uso da água por setor com perspectivas com e sem ampliação de oferta hídrica via PISF; Potência de ampliação de oferta hídrica trazida pelo PISF e outros vetores de desenvolvimento de infraestrutura Planejados para o Estado que influenciam as demandas e a parte de mudanças climáticas. A Construção dos cenários – roteiro metodológico: Fatores avaliados - a atual Tendências históricas Crescimento econômico Operação do PISF; Demografia; e Mudança do clima; Efeitos quantificados - Abastecimento humano (urbano e rural); Agricultura irrigada; Indústria; Dessedentação animal; Indústria, Aquicultura; Cenários de demandas hídricas resultantes - Três cenários: Tendencial; Tendencial com Mudança do Clima; Alternativo – Alívio com restrição hídrica; Três horizontes temporais: Curto prazo (2030) - POA e PGA Médio prazo (2035) Longo prazo (2045) Rebatimento territorial (área de influência do PISF): Direta e Indireta (Fora da área). Os efeitos desses fatores: Abastecimento humano urbano e rural, indústria, dessedentação animal, aquicultura (piscicultura, carcinicultura e a montagem de três cenários e um alternativo de culturas diferentes: tendencial e tendencial mais mudança do clima alternativo, resultados, discussão tem algumas análises dessas demandas na área de influência direta, indireta e fora da área que é o restante do Estado. O Produto 3 - Elaboração de Cenários, Compatibilização e Articulação. Os sistemas receptores do PISF serão simulados na etapa de

Prognóstico visando definir o menor requerimento de água possível nos portais de entrega - o que implica os menores impactos financeiros à Paraíba (menores tarifas) - e, ao mesmo tempo, assegurar o suprimento das demandas hídricas consultivas quantificadas, por finalidade de uso e devido à evaporação. Portanto, medidas de gestão para redução das demandas são necessárias e foram avaliadas. **Medida de gestão 1** - redução de perdas nas redes de abastecimento de água; **Medida de gestão 2** - redução da demanda com mais eficiência na irrigação; **Medida de gestão 3** - redução de perdas por evaporação nos reservatórios pela instalação das placas fotovoltaicas flutuantes para geração de energia Além de reduzir a evaporação no espelho d'água dos reservatórios, resulta em benefício complementar devido à geração de energia solar. Finalizada a apresentação, não houve perguntas, passou-se a participação pública com a distribuição de fichas por reservatório com texto de jusante para ajudarem a dizer: a irrigação não é isso é muito mais ou menos e etc. além de perguntas, quem conhece o assunto vai responder bem e pode acrescentar outras coisas que acharem relevante. Formou-se quatro grupos com os reservatórios: Poções, Camalau, Boqueirão e Acauã composto com membros que mais se identificasse com cada reservatório. Foi solicitado o feedback sobre o preenchimento das fichas e da própria oficina se foi produtiva e etc. O Sr. Geandre Alves, Secretário de Agricultura do município de São de Domingo do Cariri e membro do Comitê, mais uma vez esse Comitê traz a oportunidade de conhecer o que tem o governo do Estado tem a oferecer e o que a população possa apresentar os seus anseios. O rio Paraíba tem realidades diferentes: Baixo Paraíba, médio Paraíba e alto Paraíba, no qual está localizado o Cariri Ocidental e Oriental, o município de São Domingos está localizado no Cariri Oriental e em 2019, foi encaminhado ofício para a Agência Nacional das Águas – ANA, Integração Nacional, DNOCS AESA e Secretaria de Recursos Hidricos do Estado, aos 12 representantes Legislativo em Brasília/DF e aos três Senadores também, solicitando apoio para que fosse feito uma análise técnica e caso aprovada fosse feita uma adutora do rio Paraíba para dentro do açude de São Domingos do Cariri, tendo em vista que a construção desse açudo foi 1983 e não recebe a agua do rio Paraíba, tem um afluente que abastece esse manancial, o qual a AESA tem o domínio e também a CAGEPA a última vez que recebeu recarga suficiente e que sangrou foi em 2011. Em 2019 houve grande mortandade de peixe causado pela baixa oxigenação na água devido a tanto tempo sem receber recarga por esse motivo foi encaminhado ofícios a esses representantes do estado e entidades do estado pleiteando a aprovação desse projeto para a construção dessa adutora do rio Paraíba para o açude é aproximadamente dois quilômetros de distância, é para deixar o açude com capacidade de ter a água oxigenada, uma agricultura, mais espécie de peixe, tem pescadores artesanais que sobrevive dessa pesca. Esse açude nunca houve uma recuperação e há grande preocupação, já foi registrado essa preocupação nesse

Comitê e em 2022 foi encaminhado ofício para a AESA e SEIRH solicitando inclusão desse açude no programa de recuperação de barragem do Estado e a informação obtida é que estava no terceiro bloco e não se sabe em que situação está e a preocupação continua porque se trata de vidas humanas, a jusante era de cinco a seis metros de largura e está com dois metros e pouco de largura, se não fosse uma areia, que a prefeitura colocou, talvez não tivesse mais um manancial que abastecesse a zona urbana nem a rural. É uma preocupação de vidas humana, animal e vegetação por se tratar de um bem comum coletivo. A topografia foi feita pela a AESA e encaminhada para a SEIRH que enviou uma empresa para fazer esse levantamento mais não se tem esse feedback em 2025 a Defesa Civil do Estado esteve in loco e emitiu um laudo preocupante, esse foi encaminhado para a AESA e a situação continua a mesma. Deixo aqui o registro da preocupação e aguardo em breve um posicionamento referente a esse questionamento. A Sra. Aída solicitou que fosse registrado na ficha que será considerado como uma reivindicação do município, mas não pode garantir que vai ser aceita. Faz parte como resultado dessas oficinas levar esse tipo de solicitação. **Primeiro grupo:** O Sr. Martinho – Gerente Regional da AESA, em Monteiro/PB, onde está localizado o açude de Porções, parabeniza a equipe pelo trabalho muito dentro daquela realidade, algumas questões o grupo colocou da forma que acharam e julgaram coerente mais próximo da realidade possível. **Segundo Grupo** Açude de Boqueirão com Silvia – aluna de doutorado na UFCG, área de Recursos Hídricos, formada em Engenharia Ambiental e está acompanhando processo de alocação e está estudando conflitos relacionado ao PISF, participar dessa oficina foi muito enriquecedor, parabeniza a Engecorps pela realização desta oficina que é de grande importância no entanto as pessoas que tem maiores informação sobre o assunto não estão presentes como por exemplo a presença da CAGEPA e outros setores responsáveis pelas ações dentro da bacia. A mobilização poderia ter sido maior ou os convidados não perceberam a importância da oficina. A Sra. Maraci Virgolino - Sub Gerente de Gestão Participativa da AESA, informou que o Convite foi enviado para todos os membros do Comitê inclusive o da CAGEPA. **Terceiro grupo** - Sr. Benedito é do Congo, vizinho a Camalau, inclusive o açude cordeiro que hoje é Wilson Braga – quase 80% da água é no Congo e 80% em Camalau pela divisa, o que chama atenção é a questão das outorgas que no relatório só aparece uma outorga vencida, o que é totalmente fora da realidade pois de Congo até chegar em Camalau são mais de 50 usuários com plantio. Tem a margem dentro do açude, o rio do espinho que pega as outorgas para Camalau, o gasto de água vai ser totalmente diferente o que monta em mais de 50 usuários em Camalau, Congo, Sumé, Caraúbas e São Domingos do Cariri o que soma 28 hectares de plantação, só a parte do Congo onde pega os sítios da Conceição divisa com Caraúbas deve ter 50 hectares só no Congo. A questão de município ser

abastecido para integrar seria o açude Wilson Braga, porque o Prefeito de Camalau fala que pegaria São Sebastião do Umbuzeiro, Rio do Espinho e pegaria a adutora do Cariri por completo. Se puder integrar o PISF para o açude do Congo seria muito bom, porque já tem a adutora pronta. O Sr. Martinho (AESA) disse que é uma demanda por parte dos municípios rurais, no sentido de que todos os municípios não contemplados pelo PISF teria um ramal o seu manancial o que é louvável porque os gestores estão ali para melhorar a vida dos seus municípios e todos querem um ramal para o seu manancial, A **Sra. Aída** disse que as demandas que não são dos próprios açudes são consideradas na modelagem com o programa Aquanet, considerada como demanda de montante que acaba sendo alocada ao reservatório, embora não esteja exatamente no reservatório mais entra na modelagem, não é só a demanda que é feita no reservatório que é considerado, tem o Estado todo, tem diversos de outros pequenos açudes que não tem interação interanual que secam no período seco e quando não tem água onde a pessoa vai pegar. Então se considera que vai parar num açude receptor porque não pode ficar sem água. Em termo de demanda é a população da bacia toda que está considerado. **Quarto Grupo Acauã – Alexandre representante do segmento usuário no Comitê –** localizado no município de Santa Rita/PB - fez a seguinte observação: o trabalho é muito bom, no papel, o problema é que o Estado não está estruturado para cumprir o que está planejado, como o segmento do agronegócio de grande porto que administra são fiscalizados por todo e qualquer órgão. Ao seu redor os vizinhos não tem outorga, aplicam agrotóxico sem o menor conhecimento, não preservam as margens das nascentes e etc. o olhar para um grande produtor é um e o pequeno, os números apresentados não batem com a realidade. Essa outorga e a área irrigada não representa a realidade hoje, do que acontece. Se o Estado não está estruturado para que todos tenham outorga, todos tenham sua mata ciliar nas nascentes preservadas, todos usem o agrotóxico para a cultura respeitando os pré-requisitos e etc. tudo seria satisfatório, mas é algo que está muito longe, os grandes são fiscalizados quase que diariamente e os vizinhos que não tem outorga não são fiscalizados. Fica muito caro para o produtor atender todas as exigências legais para não serem penalizados. A população está crescendo a demanda de água e alimento vai aumentar e muitas vezes não se sabe que comida está sendo colocada em nossa mesa, ou seja, que agrotóxico estamos ingerindo, isso é preocupante, só há produção se tiver irrigação, mas a produção deve ter os devidos cuidados. A Sra. Aída agradece ao Consórcio contratado pela a AESA e a participação do Comitê que muito ajudou com suas colocações e que a oficina é para saber se o trabalho da equipe está certo. **Fala de Raissa Tavares**, representante do poder público do Município de Cabedelo, Fazendo um adendo à fala de Alexandre sobre os contaminantes encontrados no Rio Paraíba, cabe mencionar a recente publicação de um artigo na revista Science of the Total Environment acerca dos

contaminantes emergentes detectados no baixo curso do rio. Ainda não se sabe se a contaminação se estende por toda a extensão do Rio Paraíba ou se está restrita apenas à sua foz. Trata-se de uma contaminação expressiva, uma vez que foram identificados, entre outras substâncias, o pesticida Diazinona e o fármaco controlado Venlafaxina, além de outros compostos. Vale ressaltar que esses achados reforçam a preocupação com os contaminantes emergentes, conforme discutido na referência Degradation by products of pharmaceuticals in a tropical estuary: Identification and ecotoxicological insights via DIMS and molecular modeling (Science of the Total Environment, v. 1007, p. 180960, 2025). É importante destacar que, para atender aos usos múltiplos da água, é fundamental que ela apresente qualidade compatível e acessível, o que evidencia a relevância do enquadramento dos corpos hídricos. Diante desse cenário de contaminação, torna se imprescindível avaliar se a água ainda pode atender adequadamente às diferentes finalidades a que se destina.Referência do trabalho citado: Degradation by-products of pharmaceuticals in a tropical Estuary: Identification and ecotoxicological insights via DIMS and molecular modeling. SCIENCE OF THE TOTAL ENVIRONMENT, v. 1007, p. 180960, 2025.A Sra. Aída disse que a analises de água tem um custo muito alto. A recomendação será feita. A Sra. Liliane (Representante da Secretaria de Saúde do Estado) trabalhamos com o programa **Vigiágua** (Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano) nesse programa realiza-se o monitoramento de resíduo de agrotóxico, isto é feito desde 2014, no início não conseguia detectar nem quantificar agrotóxico nas águas no Estado da Paraíba naquelas utilizadas para consumo humano, aqui a amplitude e muito maior, e a partir de 2021 começa a detectar e quantificar agrotóxico abaixo do valor máximo permitido na portaria porém não pode dizer que aquelas amostras estavam insatisfatórias, mas de acordo com os laudos e as análises realizadas por parâmetros, por agrotóxico, por substância , os laudos foram satisfatórios, mas começa a quantificar e detectar agrotóxicos, então é o momento de trabalhar na prevenção, não esperar que as amostras comecem a dar insatisfatórias que representem riscos a saúde da população, tem que trabalhar agora preventivamente, outro ponto é a questão da proteção dos rios e as matas ciliares e mananciais como um todo, já presenciou um senhor aplicando agrotóxico na margem de um manancial que é de captação de água para consumo humano que abastece vários municípios o que é inadmissível. Sobre o abastecimento de água das comunidades rurais vai iniciar o periodo de escassez hídrica e essa população não tem abastecimento de água pela CAGEPA e ficam a mercê da distribuição de água por meio de carro pipa e esses carros pipas precisam ser abastecido em estação de tratamento de água nessa reunião tem gestores e solicito que façam um esforço para que interajam junto a CAGEPA para que esse abastecimento seja feito em estação de tratamento de água porque os carros

pipas abastece de água superficial, coloca pastilha de cloro e distribuem, isso está em desacordo com a portaria. É preciso estruturar melhor nossas estações para conseguir atender essa demanda do abastecimento dessa população rural. Nada mais havendo a tratar a Sra. FERNANDA ESTEVAM, neste ato Presidente do CBH-PB, agradeceu as presenças e ficou feliz com o resultado da oficina e que uma oficina desse nível poderia ser um dia todo, tal é a importância de ouvir cada membro bem como as universidades que contribuem muito para juntos buscarmos a excelência da bacia que queremos. Encerrou a reunião e lavrou a presente Ata que após lida e aprovada será anexado a lista dos membros presentes.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

1ª Reunião Extraordinária no ano de 2026

DATA: 23/07/2026 | 09h00 | LOCAL: Auditório da Inspetoria do CREA | MUNICIPIO: Campina Grande/PB

LISTA DE PRESENÇA

Usuários de Água					
Nº	Vaga	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Adailton Raulino Vicente da Silva	o mesmo		
2	Titular	Anderson Gonçalves Croccia	o mesmo		
3	Titular	André Gustavo Jansen de Oliveira	o mesmo		
	Suplente	Jocemir Paulino da Silva Junior	o mesmo		
4	Titular	Antônio Carlos de Almeida	o mesmo		
5	Titular	Aquicultura Santa Maria	Gabriel Dantas Vilar		
6	Titular	Borba e Cahu Aquacultura Ltda	Leonardo Costa Barros Cahú		
7	Titular	Cia Usina São João	Fabiana Donato Soares Lisboa		
8	Titular	Cledivaldo Antonio Araujo	o mesmo		
9	Titular	Companhia de Agua e Esgotos da Paraiba - CAGEPA	Lucílio José dos Santos Vieira		
10	Titular	Eduardo Camelo Borba Filho	Eduardo Camelo Borba Filho		
11	Titular	Ferreira e Marinho Aquacultura LTDA	Josefa Karina da Silva		
12	Titular	Hênio Oliveira Barbosa	o mesmo		

13	Titular	Japungú Agroindustrial LTDA	Alexandre Maciel Guerra		alexandre@japungu.com.br
14	Titular	Leandro Nunes Azevedo	o mesmo		
15	Titular	Leandro Ross Machado de Lima	o mesmo		
16	Titular	Lenilson Bezerra da Silva	o mesmo		
17	Titular	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Luiz Plácido Cavalcanti de Souza Andrade		luiz.placido@miriri.com.br
18	Titular	Rafael Brito Ribeiro Coutinho	o mesmo		
19	Titular	Real pescado	Alexandre Santos de Abreu		
20	Titular	Rivaldo Paulo de Souza	o mesmo		
21	Titular	União Criação de Camarões LTDA-ME	Pedro Gonçalves de Andrade Filho		
22	Titular	Japungú Agroindustrial LTDA - Unidade Agroval	Ulysmar Curvelo Cavalcanti		
23	Titular	Valdemir Azevedo Pereira	o mesmo		
24	Titular	Wesley Juan Silva	o mesmo		

Sociedade Civil					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Associação de Proteção Ambiental 8 Verde	Marcos Braga Lima		
2	Titular	Associação dos Carcinocultores da Paraíba	Ailton Francisco dos Santos		
	Suplente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA/PB	Igo Feitosa Nogueira		
3	Titular	Associação dos Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa	Claúdia Fernanda Costa Estevam	Cláudia Fernanda C. Estevam	nandaestevam1000@gmail.com
	Suplente	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba -FIEP	Francisco de Assis Benevides Gadelha		
4	Titular	Centro de Apoio, Promoção e Desenvolvimento da Agroecologia e Agricultura Familiar	Carlos Emanuel Moura da Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camalaú	Eduardo Bernando da Silva		
5	Titular	Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social - CEDAMS	Marlindo Francelino Gomes		
	Suplente	Centro Vida Nordeste	Itaragil Venâncio Marinho		
6	Titular	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis - ITAMARE	João Batista da Silva		81-99984 4422 itamarepb@gmail.c
	Suplente	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - APAN	Lígia Maria de Medeiros Silva		
7	Titular	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Weslley Anderson Cabral Martins		WESLLEY@FAEPAPB.COM.BR
8	Titular	Instituto Federal de Educação - IFPB	Paulo Tavares Muniz Filho		
	Suplente	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Tarcisio Alves Cordeiro		
9	Titular	Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool no Estado da Paraíba - SINDALCOOL	Danilo da Silva Maciel		
	Suplente	Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP	Newton Marinho Coelho		
10	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais de Campina Grande	João de Deus Rodrigues		
	Suplente	Sindicato dos Produtores Rurais de Itabaiana	Maria Emilia de Sousa Ramos		
11	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais de Olivedos	Maria Izabel Borges de Oliveira		
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caturité	João Gomes de Andrade		
	Suplente	Sindicato Rural de Juazeirinho	Humberto Gonçalves Araujo		
13	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira	Vânia Maria da Silva Costa		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgadinho	Vânia Victor Felipe dos Santos		
14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Gurinhém	Geraldo Mariano da Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Cecília	José Valter de Lira		
15	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Domingos do Cariri	Antônio Pereira Diniz		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riacho de Santo Antônio	Antonio Galdino Pereira		

16	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mari	Raquel Barbosa da Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junco do Seridó	Jose Agnaldo da Silva		
17	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agriculturas e Agricultores Rurais de Barra de Santana	Paulo Medeiros Barreto		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Luiz Silva		
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	José Irivaldo Alves Oliveira Silva		

Poder Público Federal					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Instituto Nacional do Semiárido - INSA	Marcelo José Gama da Silva		
2	Suplente	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Renato Roberto Fernandes de Avelar		
	Titular	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Roseane Batista da Cunha		

Poder Público Estadual					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA	João Adelino de Lima Filho		
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA	Martinho de Souza Almeida		
2	Titular	Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SEIRHMA	Flávia Dias Suassuna		
3	Titular	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Samara Galvão da Silva		
	Suplente	Secretaria de Estado da Saúde - SES	Liliane de Araújo L.M. Lino		
4	Titular	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	Demilson Lemos de Araujo		

276

7	Suplente	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão rural e Regularização Fundiária - EMPAER	Ailton Francisco dos Santos		

Poder Público Municipal					
Nº	Vaga	Municípios	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Prefeitura Municipal de Boqueirão	Kristeny Leite Chaves		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Riacho de Santo Antônio	Adilson Moraes de Farias		
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cabaceiras	Paulo Sergio da Silva Barros		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Itabaiana	Iran Victor de Almeida Melo		
3	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Raissa Tavares Estevam Ramalho		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	Alex Sandro Azevedo Vieira		
4	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Cláudio Brandão Costa		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sumé	José Romério Soares Brito		
5	Titular	Prefeitura Municipal de Caraúbas	Rone Feitoza de Sousa		
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	Antonio Marcio dos Santos Rodrigues Barbosa		
6	Titular	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Cláudia Ferreira da Silva		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Salgadinho	Fábio Junior dos Santos		
7	Titular	Prefeitura Municipal de Monteiro			
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	José Tadeu de Queiroz		
8	Titular	Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri	Geandre Alves de Castro		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel	José Batista Filho		
9	Titular	Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros	Paolla Ketylly Silva Leite		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Cubati	Flávio de Lima Araújo		
10	Titular	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro	José Diego de Souza Elesbão		

277

	Suplente	Prefeitura Municipal de Congo	Benedito Carlos Deodato da Silva		Carlos12345@gmail.com
11	Titular	Prefeitura Municipal de Serra Branca	Talles Chateaubriand de Macêdo		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Desterro	Ananias Simoes dos Santos		
12	Titular	Prefeitura Municipal de Taperoá	George Ciro Monteiro de Farias		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Soledade	Raissa Borges Oliveira		

Outros participantes				
Nº	Nome	Instituição	Assinatura	E-mail
1				
2		UFCG		walterlin@yahoo.com.br
3		UFCG		sophiamarques791@gmail.com
4		UFCG		luanaalvessantos12@gmail.com
5		UFCG		beatriz.andre@gmail.com
6		UFCG		raphaela.morais@gmail.com
7		UFCG		nicole.simone@gmail.com
8		AESA	REGINALDO M. B. NETO	REGISMOURANETO@HOTMAIL.COM
9		AESA		celia@aesa.pb.gov.br
10		AESA		
11		AESA		
12		AESA		
13				
14				
15				
16				

278